



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

### PARECER JURÍDICO 58/2022 – PROJETO DE 15 de 2022.

“Parecer jurídico sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre Programa de Reforma ou Construção de Imóvel na Área Urbana ou Rural do Município de Bom Jardim de Minas-MG para fins de moradia define os critérios pertinentes e dá outras providências”

#### CONSULTA:

Após apresentação do Projeto de Lei 15/2022, que dispõe sobre Programa de Reforma ou Construção de Imóvel na Área Urbana ou Rural do Município de Bom Jardim de Minas-MG para fins de moradia, define os critérios pertinentes e dá outras providências, vem a Assessoria Jurídica dessa Casa Legislativa emitir parecer.

#### PARECER:

Sob o aspecto formal, a proposição em referência está redigida em linguagem parlamentar e obedece à boa técnica legislativa.

O projeto veio redigido em linguagem parlamentar, acompanhado de sua justificativa, que o baseia legalmente.

O projeto conta com 10 artigos e veio instruído com a justificativa. Ocorre que o mesmo não veio instruído com nenhum documento contábil que comprove a capacidade do município em manter o estipulado no corpo do projeto.

Trata-se de iniciativa do Executivo, o qual busca proporcionar o mínimo de dignidade para famílias de baixa renda e que não possuem condições financeiras de reformar ou construir suas moradias.

Nesse sentido, serão utilizados critério de avaliação, o cadastro no órgão de Assistência Social do município e/ou no CadÚnico. Além disso, caberá aos profissionais da Assistência Social do Município a análise dos critérios para a obra ou reforma pleiteada, além da vinculação à Secretaria de obras, Urbanismo e Defesa Civil do município, conforme preveem os artigos iniciais do PL em questão, quais sejam do artigo



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

1º ao 2º, que estabelecem os critérios de fiscalização e requisição do benefício.

Já o artigo 3º estabelece os valores que poderão ser utilizados para a compra do material, os quais serão majorados conforme o índice de correção monetária vigente, através de Decreto Municipal. O paragrafo único do artigo 3º ainda estabelece que o valor só será fornecido para compra de matérias, não incluindo a mão de obra. Ademais, fica estabelecido um prazo máximo de 06 meses para a finalização da obra, podendo até mesmo ser solicitada a devolução dos materiais. Além disso, o município se exonera de quaisquer encargos civis, administrativos ou trabalhistas relacionados ao PL. Os materiais também não poderão ser vendidos, doados ou emprestados.

O artigo 4º elenca os objetivos do PL e o artigo 5º menciona os princípios constitucionais e administrativos utilizados. Já o artigo 6º menciona as diretrizes utilizadas. O artigo 7º diz que a lei, se aprovada, poderá ser regulamentada através de Decretos municipais, objetivando sanar eventuais problemas que possam vir a surgir. O artigo 8º vincula o projeto à dotação orçamentária vigente. E Por fim, os artigos 9º e 10º são os que já são utilizados que tratam da revogação de dispositivos em contrários e do vigor da Lei.

Nesse sentido, é possível verificar que o PL em questão é legal, e se fundamenta em princípios Constitucionais. Não existe vício de iniciativa, tampouco irregularidades.

Nesse interim, vejamos inteligência da nossa Carta Magna de 1988, ao lecionar que:

Constituição da República Federativa do Brasil

(...)

**Art. 6º - São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(...)

**Art. 204 -** As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com **recursos do orçamento da seguridade social**, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas





# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

**Parágrafo único.** É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

No mesmo sentido, não podemos deixar de destacar que o interesse público deve ser sempre.

Assim sendo, apesar de o artigo 8º vincular e condicionar o PL à dotação orçamentária, a opinião desta assessoria é de que essa verba seja incluída nas leis orçamentárias municipais dos próximos anos.

Insta mencionar que o município deverá fiscalizar de forma árdua para que de fato, os mais necessitados sejam contemplados.

Nesse sentido, a opinião desta Assessoria é pela legalidade do referido PL, devendo os nobres vereadores analisarem a questão em conjunto sobre a necessidade ou não de emendas ao mesmo.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas, 12 de abril de 2022.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

  
Dra. Ana Clara Cirilo de Paula

OAB/MG 173.104